

GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NA BACIA DO PRATA

Denise Rauber*
Adayr da Silva Ilha**
Christian Luiz da Silva***
Jussara Cabral Cruz****

Resumo

O presente artigo aborda a gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia do Prata, através de pesquisa bibliográfica e documental, argumenta sobre os aspectos relevantes para a gestão dos recursos hídricos, o conceito de gestão integrada, a formação das fronteiras, o Mercosul e o meio ambiente, e o Tratado da Bacia do Prata. Consta que os objetivos da gestão integrada de bacias e o desenvolvimento regional podem ser entendidos como equivalentes. Tendo por finalidade fundamental o desenvolvimento sustentável dentro de uma região definida observando a relação entre a demanda e oferta de recursos naturais, principalmente a água.

Palavras-chave: água, gestão integrada, desenvolvimento sustentável, Bacia do Prata.

Abstract

The present paper deals with the integrated management of water resources in the basin of Prata, through bibliographic and documentary research, arguing about the relevant aspects for the management of water resources, the concept of integrated management, the frontier formation, Mercosul and the environment, and the Basin of Prata Treaty. It is verified that the objectives regarding the integrated management of the basins and the regional development may be deemed as equivalents. Having as a fundamental purpose the sustainable development in a definite region, observing the relationship between supply and demand of natural resources, mainly the water.

Keywords: water, integrated management, sustainable development, Basin of Prata.

* Mestre em Integração Latino-Americana UFSM. Professora do Curso de Administração da UTFPR/PB. *E-mail:* deniserauber@utfpr.edu.br

** Doutor em Economia Aplicada UFV. Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSM. *E-mail:* adayr@smail.ufsm.br

*** Pós-doutor em administração (USP) e Doutor em Engenharia de Produção UFSC. Professor do programa de mestrado e doutorado em tecnologia (PPGTE) e coordenador do mestrado em planejamento e governança pública (PGP) - UTFPR. *E-mail:* christiansilva@utfpr.edu.br

**** Doutora em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental IPH/UFRGS. Professora do Departamento Hidráulica e Saneamento do Centro de Tecnologia UFSM. *E-mail:* jussaracruz@gmail.com

Introdução

A gestão dos recursos hídricos é um tema pertinente para pensar o desenvolvimento regional além fronteiras, principalmente entendendo que os recursos naturais não obedecem a fronteiras políticas, mas seu processo de gestão pode se transformar em fonte de cooperação, buscando de forma coerente e responsável a manutenção e preservação das águas, bem como o desenvolvimento sustentável. Desta forma conhecer e compreender as iniciativas existentes comprometidas com a gestão bilateral ou multilateral dos recursos hídricos na região platina como, o Tratado da Bacia do Prata, que envolve cinco países, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, permite uma maior aproximação dos conceitos abordados pela gestão integrada de bacia hidrográfica.

O presente artigo está baseado em parte do referencial teórico trabalhado na dissertação de mestrado, evolução da gestão integrada dos recursos hídricos na Bacia do Prata e suas perspectivas futuras, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Integração Latino-Americana – MILA/UFSM, no ano de 2005. Traz uma pesquisa, bibliográfica e documental, com referências em publicações disponíveis na época, procurando entender a trajetória e evolução da gestão de recursos hídricos na Bacia do Prata. Argumenta sobre os aspectos relevantes para a gestão dos recursos hídricos, a gestão integrada, a formação das fronteiras, o Mercosul e o meio ambiente, e por fim o Tratado da Bacia do Prata.

1. Aspectos relevantes para a gestão dos recursos hídricos

Quando fala-se de água um dos principais conceitos a deixar claro é o conceito de ecossistema que para Mérico 1996¹, ecossistema são as coisas vivas, em relação com seu meio. E envolvem a circulação a transformação e a acumulação de energia e matéria, através da inter-relação das coisas vivas e de suas atividades. O ecossistema tem a capacidade de produzir a

¹ MÉRICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. Ed.da FURB, Blumenau, SC, 1996.

energia e a matéria para que haja continuidade de vida. Assim um dos melhores exemplos de interação é o próprio ciclo hidrológico. Que por sua vez, é um fenômeno natural responsável pela renovação das águas. É estimulado pela energia solar, que causa a vaporização das águas superficiais, que acabam por formar nuvens, e estas em contato com o ar atmosférico produzem a precipitação sobre mares e continentes, num ciclo sem fim, o qual gera a circulação e renovação da água.

O recurso natural água, tanto superficial como subterrâneo, são permanentemente influenciados por todas as atividades humanas. A água suporta e integra as interações das atividades com a indústria, energia, saúde humana, desenvolvimento urbano, agricultura e com todo o sistema biológico. Assim é visível a sua relevância para toda a vida do planeta terra².

Do total de água doce existente no planeta segundo Shiklomanov (1998), citado por Tundisi (2000), é de (2,5%), desta 69,9% estão sob forma sólida, 29,9% são águas subterrâneas, 0,3% localiza-se em rios e lagos e 0,9% localizam-se em outros reservatórios. Estas águas doces não estão distribuídas uniformemente no planeta, o que acaba trazendo grandes problemas para as populações, pois o atual sistema de vida organizado em sociedades econômicas está ultrapassando os limites de sustentação do equilíbrio e renovação das águas. Países com grande escassez de água têm limitações quanto ao desenvolvimento agrícola e industrial com agravamento de problemas para a saúde de suas populações e para a própria manutenção da biodiversidade, como argumenta Tundisi (2000).

A ONU - Organização das Nações Unidas - considera que o volume de água suficiente para a vida em comunidade e exercício das atividades humanas, sociais e econômicas, é de 2.500 metros cúbicos de água/habitante/ano. Em regiões onde a disponibilidade de água/habitante/ano está abaixo de 1.500 metros cúbicos, a situação é considerada crítica. A medida de consumo de água/habitante/dia considerada ideal para regiões de clima tropical é de duzentos litros.

² TUNDISI, José Galizia. *Ciência & Ambiente* n° 21. Julho/dezembro de 2000.

A desigualdade da distribuição de água sobre a terra depende de fatores físicos (climáticos) e humanos (densidade populacional). Os fatores físicos podem ser considerados como o lado da disponibilidade do recurso (oferta) e os fatores humanos como a demanda. Segundo OIA (1994), nove “gigantes” mundiais de água possuem 60% do total dos recursos hídricos disponíveis no planeta, são eles o Brasil, Rússia, China, Canadá, Indonésia, USA, Índia, Colômbia, Zaire e Comunidade Européia³.

Neste aspecto, Tundisi (2000), coloca que os principais desafios referentes à crise da água e todos os problemas por ela gerados são: escassez de água; disponibilidade de água potável; deterioração da qualidade da água; falta de percepção de gerentes do meio ambiente e do público em geral sobre a gravidade da crise; fragmentação e dispersão no gerenciamento de recursos hídricos; falta de percepção do grande público sobre a real crise da água; falta de investimentos em preservação e recuperação de mananciais.

Nos países em desenvolvimento, durante a primeira metade da década de 1990, cerca de 170 milhões de habitantes urbanos tinham acesso a água potável e 70 milhões a saneamento adequado; no entanto, no fim de 1994, aproximadamente 300 milhões de residentes urbanos ainda não tinham acesso a água potável, enquanto cerca de 600 milhões careciam de saneamento adequado (GEO3,2002).

A Região da América Latina e Caribe é rica em recursos hídricos renováveis, com mais de 30% do total mundial. Entretanto, três regiões hidrográficas – a Bacia do Golfo do México, a Bacia do Atlântico Sul e a Bacia do Prata –, que abrangem 25% do território da região, abrigam 40% da população e contêm apenas 10% dos recursos hídricos da região (GEO3)⁴. Também observa-se que a região da Bacia do Prata, formada pela Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai possui distinta disponibilidade de água, assim

³ World Resources Institute – Washington (1991) apud OIA (1994).

⁴ Na América do Sul, as reservas de águas subterrâneas são de grande importância, e calcula-se que cheguem a 3 milhões de km³ – GEO3, 2002.

demonstrando a dificuldade em trabalhar e planejar a gestão integrada de bacia.

A maior parte dos problemas associados à água transcende as fronteiras nacionais, embora haja diferenças marcantes entre sub-regiões e países. A agricultura e a indústria são os maiores consumidores de água na região, seguidos pelo consumo doméstico. (GEO3).

A limitação de informações sobre a infra-estrutura e a operação dos serviços de distribuição pública de água é uma grande restrição aos esforços dos governos para melhorar os regulamentos relativos ao setor hídrico em áreas urbanas e também rurais. Embora a função dos governos, em alguns países, tenha mudado de prestador de serviços hídricos para regulador com representação da população, muitos governos, até o presente estudo, 2005, ainda não dispõem de informações suficientes sobre a operação dos serviços de distribuição pública de água, o que limita suas funções reguladoras.

Na maior parte dos países, os recursos hídricos continuam a ser administrados de forma setorial, havendo pouca integração entre setores ou com outros procedimentos de gestão ambiental. Tal abordagem ignora as interações vitais com ecossistemas muito mais amplos e com outras funções, bem como os serviços ecológicos relativos à água. (GEO3, 2002 pg 183 a 186).

A gestão da água apresenta uma configuração complexa, sendo que, um dos grandes problemas está diretamente vinculado às águas transfronteiriças, devido ao compartilhamento entre nações, muitas com grandes conflitos e diferentes interesses. Duzentos e sessenta e um rios (261), correspondentes a 45,3% da superfície total da terra são compartilhados por dois ou mais países (GEO3).

As disputas pelos recursos hídricos compartilhados são de longa data, e ilustram conflitos e disputas pelo poder. Porém podem transformar-se em fonte de cooperação, buscando de forma coerente e responsável a manutenção e preservação das águas. Atualmente existem várias iniciativas comprometidas com a gestão bilateral e/ ou multilateral dos recursos hídricos, um exemplo é o próprio Tratado da Bacia do Prata, que envolve cinco países.

A exploração de rios internacionais tem sua importância, na determinação dos limites físicos da soberania dos Estados envolvidos. A clareza quanto aos limites se faz necessária, na medida em que, as consequências de qualquer programa de desenvolvimento deverão levar em conta as responsabilidades de cada Estado ribeirinho no momento da exploração do bem comum que é a água⁵.

A fronteira fluvial pode ser definida conforme Soares (2001)⁶, sendo que esta passa por certas linhas que nem sempre são estabelecidas segundo os mesmos princípios. Para os cursos d'água contínuos ou limítrofes, importa estabelecer onde se encontram sobre as águas, as soberanias dos Estados fronteiriços. Assim duas definições são possíveis.

1ª linha média entre as águas: a fronteira passa pelo meio geométrico do rio considerado em seu nível normal, isto é, o nível de água considerado normal. É a linha da divisão física das águas.

2ª Thalveg: a linha divisível acompanha a alteração física do rio, o canal de navegação não é imóvel.

A determinação da fronteira nos cursos d'água internacionais é, de grande importância para a utilização dos potenciais. Contudo, cabe aos Estados negociar quais os critérios de divisão de águas, de acordo com as características físicas da região e interesses políticos e econômicos que envolvem o empreendimento.

O Thalveg é de uso intenso nos rios navegáveis, foi ele o critério limítrofe escolhido por Argentina e Brasil para os rios Uruguai e Iguazu, por Brasil e Peru para o rio Purus, por Brasil e Colômbia para os rios

⁵ *País* – corresponde a um território habitado por um povo, com um governo próprio. *Nação* – conjunto de pessoas que possuem língua e tradições comuns. *Estado* – corresponde a um grupo de pessoas organizadas politicamente em torno de um poder soberano representado pelos governantes. Para existir o Estado são necessários, Território, Povo e Governo. *Sociedade* – corresponde a um conjunto de pessoas que vive em um certo espaço territorial submetido a determinadas normas ou regras. Conforme artigo de Neves, 1976, trabalhado em aula pela profª. Maria Medianeira Padoim.

⁶ SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001

Iquiare e Taraira. A linha de equidistância foi preferida por Brasil e Bolívia nos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Outra definição relevante é a de rio internacional: a. considerando-se os aspectos de utilização de suas águas, nos mais variados setores, ao lado da navegação, e outros usos alternativos dos recursos hídricos e b. levando-se em consideração os aspectos de proteção ambiental de suas águas, em particular os relacionados à poluição transfronteiriça. (SOARES, 2001).

A comissão de Direito Internacional da ONU (CDI) em 1997, adotou a seguinte definição para rios internacionais, e para cursos d'água internacionais, assim sendo, “como aquele que algumas de suas partes se encontram em Estados Distintos”. E, curso d'água como “um sistema de águas de superfície e subterrâneas que, em virtude de sua relação física, constituem um conjunto unitário e que normalmente fluem a um término comum”. (SOARES, 2001, pg 107 a 112⁷).

Percebe-se desta forma a relevância das águas para o desenvolvimento de um país, partindo-se da observação de que a Ciência Econômica, trata o desenvolvimento econômico, como sendo, o crescimento econômico mensurado pelo produto nacional bruto per capita (PIB), acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. Pode-se entender que o desenvolvimento de cada país ou região depende de suas características próprias, situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais.

De maneira geral, as mudanças que caracterizam o desenvolvimento econômico consistem no aumento da atividade industrial em comparação com a atividade agrícola, migração da mão-de-obra do campo para as cidades, redução das

⁷ Esse fato remonta à Declaração de Helsinque de 1966, que estabeleceu a base para os princípios internacionais para cursos d'água compartilhados e influenciou muitos tratados específicos sobre rios. Após a Declaração, houve diversos esforços internacionais, entre eles principalmente o trabalho da Comissão de Direito Internacional da ONU, que levou em 1997 à Convenção das Nações Unidas sobre a Lei de Usos Não-Navegacionais de Águas Internacionais. (GEO3, 2002).

importações, aumento das exportações, menor dependência de auxílio externo. Vieira & Maimon (1993)⁸ colocam que, busca-se um entendimento de que é necessário pensarmos um processo que nos leve a um desenvolvimento sustentável, que segundo a União Internacional para a conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN (1991) – considera desenvolvimento sustentável o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas. Portanto, para alcançar este fim é necessário que se possa produzir um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, não apenas ambientalmente, mas também tenha em seu processo integrado o aspecto econômico, social e cultural.

Observa-se que uma nova forma de consciência, baseada no uso sustentado de recursos renováveis, não é apenas possível, mas essencial para preservar a qualidade de vida em nosso mundo, conforme aborda Sachs, 1993⁹. O nível de consciência ambiental depende de variáveis econômicas e culturais da sociedade, dos diferentes grupos sociais e ainda dos conflitos de interesse dos diferentes atores envolvidos – setor público, setor privado e organismos sociais. Na gestão dos Recursos Hídricos esta relação torna-se bastante evidente.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentado parte da ênfase no crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico. Induz um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas de desenvolvimento tecnológico deverão adquirir um sentido harmonioso. (SACHS 1993, p. 31).

A definição encontrada no Relatório Brundtland (1988, p.46)¹⁰ coloca: “o

⁸ VIEIRA, Paulo Freire e MAIMON, Dália (Organizadores). *As ciências sociais e a questão Ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. APED E UFPA, 1993.

⁹ SACHS Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução Magda Lopes, São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

¹⁰ COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso*

desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”.

Com relação à Água, ocorreram importantes conferências e reuniões a nível internacional que traduzem a importância em perceber a água como agente determinante e agregador do desenvolvimento. Assim na Tabela 1 apresenta-se as mais importantes.

Após esta breve lembrança de datas, parte-se em busca de esclarecimento sobre Gestão Ambiental no viés dos recursos hídricos, conforme Lanna (1996)¹¹

...é o processo de articulação das ações dos diferentes agentes sociais que interagem em um dado espaço com vistas a garantir a adequação dos meios de exploração dos recursos ambientais – naturais, econômicos e sócio-culturais – às especificidades do meio ambiente, com base em princípios e diretrizes previamente acordados e definidos. (LANNA, 1996, p. 5).

Assim, continua Lanna (1996), uma gestão ambiental eficiente deve ser constituída por uma política ambiental (regulamentar, conservar, proteger), que estabeleça as diretrizes gerais, por um método de gerenciamento ambiental (referencial teórico) que oriente as ações gerenciais, e por um sistema de gerenciamento ambiental (conjunto de atores, agências, governo setor privado), que seja capaz de articular instituições e aplicar os instrumentos legais e metodológicos para o preparo e execução do planejamento ambiental.

O planejamento pode ser desenvolvido em três esferas; a) social e político, estabelece e processa as demandas da sociedade e seus representantes políticos; b) meio técnico, é o estudo de teorias e análises técnicas para suporte do plano; e, meio deliberativo, lugar de tomada de decisão através dos estudos feitos. Ainda segundo o autor, sempre deve-se levar em consideração o aspecto da oferta e da

futuro comum. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1988.

¹¹ LANNA, Antonio Eduardo. *Introdução à gestão ambiental e à análise econômica do ambiente*. IPH/UFRGS, 1996.

demanda de água para qualquer tomada de decisão. Dourojeani (2002)¹² aponta para os seguintes esferas, a hidrológica, a política e a institucional, salienta que a nível de gestão de bacia hidrográfica internacional deve haver uma coordenação múltipla de atores.

Lanna (1996) indica que os instrumentos de gestão ambiental podem ser divididos em dois tipos, o primeiro tipo são os instrumentos de comando e controle, são referentes ao controle da poluição, adequação ao uso, ou seja, sua regulamentação, a outorga para uso e aproveitamento de águas públicas e aplicação de penalidades. Já o segundo tipo pode ser caracterizado pela cobrança do uso de águas e taxas de poluição.

Geralmente para organização e planejamento de um sistema de recursos hídricos segue-se alguns princípios segundo Lanna (1996), que são: a escolha da área de abrangência, atualmente tem-se adotado a bacia hidrográfica; a observação dos usos múltiplos da água, principalmente pela questão de conflitos setoriais; a necessidade de reconhecimento da água como um bem finito e vulnerável, que a água seja um bem comum de todos; reconhecimento do valor econômico da água, objetivo seria estimular o uso racional da água através da cobrança pelo uso; e, gestão descentralizada e participativa onde toda a população tivesse acesso, através do terceiro setor, ou representantes de classes, organizações e o próprio poder público, governos. Quanto aos instrumentos de política de recursos hídricos as sugestões estabelecem o enquadramento dos corpos d'água, os planos, a outorga e a cobrança.

Na gestão de recursos hídricos um aspecto relevante é o manejo, que pode ser conceituado pelo processo de administrar tanto a quantidade como a qualidade da água usada para benefício humano, sem destruir sua disponibilidade e pureza. É necessária a observação sobre o efeito de vários materiais na qualidade da água, os aspectos de tratamento de esgoto, controle da poluição atmosférica, resíduos sólidos e perigosos.

Neste procedimento, o sistema ambiental¹³ deverá ser considerado como o campo de atuação. Quanto ao manejo integrado de bacias hidrográficas, fundamenta-se no tratamento da totalidade do sistema de cursos de água, isto significa que cada parcela do espaço pode ser considerada em seu todo e ao mesmo tempo, em sua relação com as demais parcelas. Este processo engloba um programa, que busca as melhores práticas de manejo do solo, da água, das florestas e fauna, além da definição das formas de ocupação do espaço e dos sistemas de produção a serem implantados. (LANNA, 1996)

Assim, é importante entender a necessidade do manejo adequado nos cursos de água que servem para vários usos que muitas vezes são antagônicos entre si, necessitando-se estabelecer prioridades para os usos em cada caso específico, a partir das necessidades existentes.

Portanto, tanto Lanna (1996) como Dourojeani (2002) observam que, um estudo dos casos em particular é necessário, pois, não é possível prefixar uma hierarquia genérica para os usos da água, cada exemplo tem características próprias, levando-se em conta aspectos históricos, condições geográfica, políticas e econômicas, que devem ser considerados em cada uso que se pretenda fazer. Principalmente quando se tem águas compartilhadas entre vários Estados-nacionais, é imprescindível um cuidado especial de gestão compartilhada.

Certos usos causam pequenos impactos nos cursos de água, outros usos podem diminuir ou prejudicá-los, como exemplo a irrigação e o consumo humano, neste último o retorno da água não se dá nas condições em que foi retirada. Outros ainda podem alterar a composição química da água, como o despejo de dejetos urbanos e industriais. Podendo muitas vezes ser causa de grandes conflitos internacionais.

Para Bressan (1997)¹⁴, o uso múltiplo, deveria levar em consideração a capacidade de sustentação para a manutenção da qualidade da água.

¹² DOUROJEANI Axel; JOURAVLEV Andrei; CHAVEZ Guillermo. *Gestão del agua a nivel de cuencas: teori y práctica*. Série Recursos Naturales e infraestructura, nº 47 – CEPAL. Santiago de Chile, 2002.

¹³ Processo e interação do conjunto de elementos e fatores que compõem o meio ambiente, incluindo-se, além dos elementos físicos biológicos, sócio-econômicos, os fatores políticos e institucionais.

¹⁴ BRESSAN, Demar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Percebendo que o uso múltiplo não exclui as contradições entre os interesses econômicos de produção e os interesses complementares, salientando a necessidade da manutenção do equilíbrio do ecossistema.

Continua, o autor, os mananciais hídricos comportam igualmente, a possibilidade de uso múltiplo, desde que as diferentes atividades, não impliquem em prejuízos para a qualidade da água.

Na tabela 2 são demonstradas as principais categorias de uso da água, conforme Lanna (1997)¹⁵.

Na observação da tabela 2 existem três possibilidades quanto à forma de utilização:

Consuntivos (C): refere-se aos usos que retiram a água de sua fonte natural diminuindo suas disponibilidades, espacial e temporalmente.

Não-consuntivos (NC): refere-se aos usos que retomam a fonte de suprimento, praticamente a totalidade da água utilizada, podendo haver alguma modificação no seu padrão temporal de disponibilidade.

Local (L): refere-se aos usos que aproveitam a disponibilidade de água em sua fonte sem qualquer modificação relevante, temporal ou espacial, de sua disponibilidade.

Lanna (1997) completa, que a gestão de recursos hídricos pode ser entendida através da combinação adequada entre as disponibilidades de água e a necessidade de seu uso. Assim seguir com cuidado a orientação e os avisos que a própria natureza nos traz é um grande passo para um trabalho harmonioso com base nos princípios do desenvolvimento sustentável, crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico.

Outro conceito, a saber, e de grande relevância é o de gestão integrada da água. A Associação mundial para a Água (Global Water Partnership, 2000 – GWP) define a gestão integrada da água como um processo que promove a gestão e o aproveitamento coordenado da água, da terra, e de todos os recursos relacionados, com a finalidade de maximizar o bem-estar social e econômico de maneira equitativa

sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Por outro lado em estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2002), dirige a atenção a um aspecto um pouco diferente, que diz que a gestão integrada da água implica em tomar decisões e manejar os recursos hídricos para vários usos de forma que consiga satisfazer as necessidades e desejos de diferentes atores. Ainda coloca que a gestão integral presuppõe águas superficiais e subterrâneas no aspecto qualitativo, quantitativo e ecológico, tendo por base uma perspectiva multidisciplinar centrada nas necessidades da sociedade.

No entanto, Dourojeanni (2002), destaca cinco principais formas de integração:

1. A integração dos interesses dos diversos usos e usuários de água e a sociedade em seu conjunto, com objetivo de reduzir os conflitos entre os que dependem e competem pelo escasso e vulnerável recurso.

2. A integração de todos os aspectos da água que influenciam seu uso e usuários em termos de quantidade, qualidade, principalmente na gestão da oferta e demanda.

3. A integração dos diferentes componentes da água e das diferentes fases do ciclo hidrológico (relação que existe entre a gestão da água superficial e subterrânea).

4. A integração da gestão da água e a gestão da terra e outros recursos naturais e todo ecossistema relacionado. E,

5. A integração da gestão em desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Para completar essa visão “integrada” coloca-se na perspectiva de Dourojeanni o porque de se utilizar as bacias como unidades territoriais adequadas para a gestão integrada da água. A iniciar pelo aspecto principal que apresenta uma bacia, sua característica física com a interrelação e interdependência entre seu uso e usuários. É um verdadeiro sistema integrado e interconectado de causa e efeito.

A segunda explicação é que as bacias constituem uma área de onde interdependem e interagem em processo permanente e dinâmico, a água com o sistema físico e biótico. E em terceiro uma característica

¹⁵ LANNA, A. E. *Gestão dos recursos hídricos*. In: TUCCI, Carlos E. M. (Org.). *Hidrologia: Ciência e aplicação*. Porto Alegre: Ed. da Universidade ABRH, 1997

fundamental, em seu território se produz a interrelação e interdependência entre os sistemas físicos, bióticos e o sistema socioeconômico, formado por usuários das bacias, que são habitantes e interventores externos, até mesmo as características socioeconômicas e culturais são muito semelhantes.

O reconhecimento deste fato pelas organizações internacionais e tomadores de decisão no âmbito político dos países da América Latina, começa a se fortalecer e exercer pressão para o desenvolvimento de sistemas que levem em consideração os aspectos mencionados anteriormente. No entanto sabe-se também que o tema de gestão integrada e ordenada da água ainda não faz parte das preocupações de muitos governos, a não ser que sejam afetados politicamente.

2. Gestão integrada

Para fazer um planejamento de gestão ambiental vinculado com desenvolvimento regional, segundo a abordagem de Sachs (1986), primeiro é necessário um aprofundamento do conhecimento das culturas e dos ecossistemas; segundo, o próprio envolvimento das populações locais no processo de planejamento que, enquanto pessoas diretamente interessadas, seriam os elementos responsáveis por identificar as necessidades, transmitir o conhecimento acumulado da sociedade e do ambiente e decidir sobre compensações entre usos alternativos de recursos e distribuição de ganhos; terceiro, busca um aparelhamento institucional que viabilize o estabelecimento de um esquema de mercado que ofereça termos de troca relativamente justos e proporcione acesso a certos recursos críticos impossíveis de obter localmente, busca essa que parece ser o maior empecilho à implementação de estratégias. (SACHS, 1986)

Assim, as conclusões da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente em Dublin - ICWE (1992), assim como a Agenda 21, resultante da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), enfatizam ações urgentes e necessárias para redirecionar o uso dos recursos hídricos (capítulo 18-

Agenda 21) em uma direção de sustentabilidade. Essa busca do desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de recursos hídricos, visando solucionar os conflitos resultantes do uso intensivo da água em função do crescimento econômico e populacional, que tem provocado mudanças institucionais, jurídicas e administrativas em todo o mundo.

Outro fator relevante para impulsionar a tomada de decisão é a necessidade de melhorar a gestão e o aproveitamento da água para enfrentar a crescente concorrência entre os seus usos múltiplos, em particular devido ao incremento da demanda de água em grandes concentrações urbanas, assim como na irrigação e geração de energia elétrica como destaca Dourojeanni (2002). Estes problemas são ainda agravados pela questão da contaminação, efeitos naturais externos, (excesso de chuvas, secas - mudanças climáticas) que acabam por influenciar também na saúde e bem estar da população, acarretando perda na qualidade de vida, um dos objetivos do desenvolvimento sustentável.

Para Jouravlev (2001), na América Latina, apesar das diferenças dos países, as reformas têm algumas características comuns, tais como: o estabelecimento de um sistema administrativo baseado na gestão integrada¹⁶ dos recursos hídricos; a percepção da administração da água através de bacias hidrográficas; redução do papel do Estado, ou seja, dispensa da responsabilidade do Estado de ocupar-se com as funções de financiamento, execução e operação para assumir as funções de supervisão, fomento e regulação das atividades de terceiros; a descentralização de responsabilidade dos governos locais; a utilização de instrumentos econômicos e de mercado; a incorporação do setor privado e dos usuários na gestão e o aproveitamento de água.

¹⁶ CEPAL, 1994. "integrado" devem efetuar ações que permitam obter benefícios tanto no aspecto produtivo, como no aspecto ambiental, considerando toda dinâmica da bacia. (gestão integrada de bacias com fins de desenvolvimento = aproveitamento de bacias com fins de crescimento econômico + manejo de bacias com a finalidade de obter a sustentabilidade ambiental).

Jouravlev (2001), coloca que a gestão integrada deverá favorecer simultaneamente o crescimento econômico, a equidade e a sustentabilidade ambiental, via transformação produtiva, prestação de serviços sociais e conservação de recursos naturais. Estes 3 objetivos sobre tudo em curto prazo, são muito conflitivos entre si e se afetam mutuamente. Estes conflitos se originam devido a que para alcançar o ótimo global, cada um deve sacrificar seu ótimo parcial e isto somente é possível através de muita negociação. A falta de conhecimento sobre o real valor e sobre indicadores comuns para valorizar os três objetivos, é a principal barreira para se obter êxito nas negociações e alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável.

Nos estudos da Cepal (1994), a gestão integrada de bacias tem como fim favorecer o desenvolvimento sustentável desde o momento em que, com este processo de gestão se busca conciliar o aproveitamento dos recursos naturais da bacia¹⁷, assim como, manejar os recursos com fins de evitar conflitos e problemas ambientais, e a equidade pode ser atingida mediante o processo de decisão com participação dos diferentes agentes de decisão.

Temos ainda segundo Jouravlev (2001), que os objetivos da gestão integrada de bacias e o desenvolvimento regional são equivalentes. Tendo por finalidade fundamental o desenvolvimento sustentável dentro de uma região definida. No entanto salienta-se a seguinte diferença: no enfoque por bacias é necessário determinar o potencial de uso dos recursos naturais, com a tecnologia conhecida (oferta) para fixar metas de crescimento econômico e equidade. No enfoque por regiões é necessário determinar as necessidades de crescimento econômico (demandas) para fixar metas de sustentabilidade ambiental e equidade.

Entende-se hoje que os dois enfoques devem ser complementares e que devem chegar ao mesmo objetivo, crescimento econômico, socialmente eficiente e com sustentabilidade ambiental.

A tabela 3 representa uma matriz que estabelece a relação entre as etapas de gestão e os objetivos da gestão: (a)

¹⁷ Crescimento econômico, transformação produtiva.

aproveitamento e manejo integrado, (b) aproveitamento e manejo de todos os recursos naturais, (c) aproveitamento e manejo do solo e água.

Quanto às etapas: (1) estudos, formulação de planos e projetos, (2) etapa de investimento para a habilitação de bacias com fins de aproveitamento e manejo de seus recursos naturais, (3) etapa de operação e manutenção de obras construídas, manejo e conservação dos recursos e elementos naturais.

Portanto há necessidade de um modelo de gerenciamento capaz de congrega todos esse aspectos, argumenta Lanna (1994)¹⁸; trata-se do modelo de gerenciamento da bacia hidrográfica, que se caracteriza pela criação de uma estrutura sistêmica, na forma de uma matriz institucional de gerenciamento, responsável pela execução de funções específicas e pela adoção de três instrumentos principais.

Instrumento 1 – planejamento estratégico por bacia hidrográfica – baseado no estudo de cenários alternativos futuros, estabelece metas alternativas específicas de desenvolvimento integrado do uso múltiplo e de proteção do ambiente no âmbito de uma bacia hidrográfica. Vinculados a essas metas, são definidos prazos para concretização, meios financeiros e os instrumentos legais requeridos.

Instrumentos 2 – tomada de decisão através de deliberações multilaterais e descentralizadas – baseada na constituição de um colegiado no qual participem representantes de instituições públicas, de instituições privadas, usuários, comunidades e de classes políticas e empresariais atuantes na bacia. Esse colegiado tem a si assegurada a proposição, a análise e a aprovação dos planos e programas de investimentos vinculados ao desenvolvimento e à proteção ambiental da bacia.

Instrumento 3 – estabelecimento de instrumentos legais e financeiros necessários à implementação de planos e programas de investimento – tendo por base o

¹⁸ LANNA, A.E.; CÁNEPA, E. M. (1994), ... implica o fomento, a articulação e a coordenação dos programas que sejam necessários para atender a necessidades e oportunidades de curto e longo prazos, e não apenas a implementação de programas setoriais não integrados e de caráter transitório.

planejamento estratégico e as decisões, serão estabelecidos os instrumentos legais pertinentes e as formas de captação de recursos financeiros necessários para implementação das decisões.

Ainda segundo Lanna (1994), o terceiro instrumento requer a implementação de instrumentos legais especificamente desenvolvidos para a bacia; a outorga do uso da água, incluindo os lançamentos de resíduos; a cobrança de tarifas pelo uso da água ou pelo lançamento de resíduos, instrumento usado para gerar recursos para investimento na bacia e estimular o uso racional da água; e o rateio do custo das obras de interesse comum entre seus beneficiários, promovendo a justiça social e fiscal.

Manejar uma bacia significa atuar de forma coordenada sobre os recursos naturais, a fim de recuperar, proteger e conservar e exercer o controle sobre a descarga de água captada na bacia, observando a quantidade, qualidade e tempo enfatiza Lanna (1994). Assim esses aspectos acabam por interferir diretamente no desenvolvimento regional da região, indicando a relevância do planejamento regional integrado de bacias hidrográficas.

Todos os países da América Latina e Caribe enfrentam desafios constantes, no que implica a necessidade de encontrar fórmulas de legislação e organização capazes de prevenir e solucionar os conflitos crescentes pelo uso da água e pela ocorrência de fenômenos naturais extremos. Muitos debates e reuniões tem ocorrido sobre as questões da água, no entanto não existe ainda um rumo definido, nem teórico nem conceitual, como consenso sobre as opções para melhorar a gestão da água.

As disponibilidades de água podem ser inicialmente aproveitadas para o suprimento de demandas específicas de um projeto ou setor. No entanto, um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico, levará à pressões visando o atendimento a múltiplos propósitos. Para que situações dessa natureza sejam evitados, projetos de desenvolvimento regional, local ou setorial, contemple desde o início os diversos usos.

Nessa situação o gerenciamento integrado, possibilita adequar ou ampliar as disponibilidades hídricas com as diversas demandas. Amenizando os conflitos de uso

como: conflito de destinação de uso, conflitos de disponibilidade qualitativa/quantitativa. Contrapondo-se às vantagens, problemas do uso múltiplo integrado, são de caráter gerencial, porque exige estabelecimento de regras operacionais complexas para que a apropriação da água seja harmônica comenta Lanna (1997) . Além disso haverá necessidade de centralização das decisões. Frente a essa situação coloca-se como alternativa a gestão integrada dos recursos hídricos, podendo ser pensada também como uma possibilidade para as águas transfronteiriças.

3. A América e os povos

Desde o primórdio dos tempos o homem é conhecido pelo seu ímpeto e pela sua curiosidade, a beleza de sua existência e a sua maldade está na descoberta e na conquista. Assim o homem parte para desbravar novas terras, construindo e muitas vezes destruindo, aprendendo novas culturas e impondo as suas. É desta forma que a América é descoberta e colonizada, porém quando aqui chegam os portugueses, espanhóis, holandeses, franceses e ingleses, encontram um povo “diferente”, com outros hábitos, cultura, religião e meio de vida.

A descoberta das terras Americanas pelos europeus inicia por volta do ano 1000, com a chegada do navegador viking Norueguês da Islândia, Leif Erikson ao Canadá. Sete anos antes seu pai Erik, o Vermelho chegou a Groelândia em 983 dc.¹⁹ A América é o último continente pisado pelo homem que tem como a África o berço de sua espécie.

Seguindo a história das Américas aparece a cultura Maia de Yucatan que tem seu auge em 300 – 900 dC. O império Asteca expande-se no planalto mexicano de 1300 até sua destruição pelo espanhol Hermán Cortez. Neste período o império Inca conquista o Equador, terras altas do Peru e Bolívia, até o norte do Chile e noroeste da Argentina, quando começa a descer à Amazônia (vale do Mamoré) é aniquilado pelo espanhol Francisco Pizarro. O império Asteca conta com 25 milhões de

¹⁹ Os dados e a cronologia foram baseados na publicação do Atlas Histórico, Isto é Brasil, 500 anos. 1998.

habitantes em 1519, sua capital Tenochtitlán, tem 200 mil habitantes é maior que Roma ou Constantinopla. Nessa época toda a Europa tem 50 milhões de habitantes.

Outro povo a habitar a América é o Índio, assim chamado devido ao equívoco de Colombo quando chegou a América pensando ter chegado à Índia. Estes formam de mil a 3 mil povos diferenciados, com línguas e dialetos diferentes, vivem da caça e coleta, alguns dominam a agricultura e a cerâmica.

A formação da fronteira no Prata se caracterizou por dividir sociedades e culturas diferentes e principalmente pela difícil aceitação da colonização pelos índios. As nações indígenas como a *Charrua*, a *Minuano*, a *Pampa* e a *Araucana*, *Incas*, *Maias* e *Astecas*, lutavam contra a dominação e resistiam a cultura européia. Já a comunidade *Guarani*, foi mais dócil e constituiu as comunidades missionárias das reduções Jesuíticas. Desta forma fortes conflitos demarcaram este período de formação de fronteiras.

Entende-se aqui fronteiras como uma divisão de territórios, uma busca incessante pela localização dos limites dos futuros Estados.

Para Reichel e Gutfreind (1995, p.3)²⁰, a fronteira quando associada à guerra é entendida como uma linha que divide, separa grupos, sociedades e domínios político-administrativo. Define a posse de um território.

Na América Latina, a bacia do rio da Prata foi o palco de lutas e conflitos entre diversos Estados pela posse de territórios e demarcações de limites. O conceito destes termos segundo o pensamento de Neves²¹, (1976), se diferenciam no tempo.

O conceito de limite está vinculado ao conceito de território de um Estado. O território é conceituado como ‘ a porção do globo terrestre dentro da qual o Estado exerce as suas competências’. ... os limites constituem-se portanto, de linhas do espaço até onde se exerce a função do Estado. (...) A fronteira não é um conceito linear. É pelo contrário, um conceito bidimensional: um espaço, zona ou faixa de território. Mas essa

zona ou faixa espacial não tem um limite geográfico e se define mais por seus atributos sócio-econômicos do que por sua realidade física. (...) Portanto, a fronteira é o espaço que se posiciona na frente de um outro. (NEVES, 1976, cap.II s/p).

Dessa forma entende-se que no período colonial, a fronteira era a linha divisória entre territórios, muitas vezes demarcada por rios, ou pela capacidade de povoamento. Também podendo ser indicada como espaço de aproximação e integração da população.

Como explica Padoin (2001)²² os espanhóis são os primeiros europeus a tentar fixar-se em terras platinas, fundando Buenos Aires em 1536 (Pedro de Mendoza), no entanto esta foi semidestruída pelos indígenas. Mais tarde em 1537 surge a cidade de Assunção, localizada em território Guarani e em 1573 Santa Fé. Novamente Buenos Aires é erguida em 1580. A colonização concentra-se em áreas próximas aos rios e assim forma um maior desenvolvimento urbano, deixando para os índios o interior, pois estes dominavam os caminhos e as matas.

A partir do final do século XVII e início do século XVIII iniciou-se uma crescente diferenciação da região, bem como de sua população. No aspecto econômico deu-se o interesse pela caça do gado bovino e cavalar pelos espanhóis, portugueses, índios charruas e missionários para extração do couro e sebo e para tração. O contato ocasionado entre esses povos determinou mudanças sociais e culturais, especialmente entre os naturais da terra. (PADOIN, 2001, p. 16)

A partilha de terras sempre foi acompanhada de conflitos, na América do Sul não foi diferente, a competição entre Portugal e Espanha pelo espaço platino resultou em grandes disputas. A começar pelo Tratado de Tordesilhas, firmado por espanhóis e portugueses em 1494, com autorização da Igreja e que se tornou alvo de divergências. A parte oriente fica para Portugal e a parte ocidente para a Espanha. Com esta delimitação corta a América do Sul à altura da atual cidade de Laguna (SC),

²⁰ REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

²¹ NEVES, Gervásio. *Fronteira gaúcha*. Tese de Livre Docência, UFMG. Belo Horizonte, 1976.

²² PADOIN, Maria M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

ficando todo restante do Rio Grande do Sul atual, a área do Prata para a Espanha.

Segundo Reichel e Gutfreind (1996)²³ a relevância do rio da Prata estava na via de acesso a Potosí, centro minerador, e pela possibilidade de navegação, a qual facilitava o comércio.

Durante o século XVI, alguns fortes e núcleos de povoamento dos espanhóis foram formados, a fundação de Assunção (1537). Pelo lado português destaca-se a expedição de Martin e Pero Lopes de Souza ao rio da Prata em 1531.

Durante o século XVIII, coloca Padoin (2001) as reformas dividiram o *Virreinato Del Peru* em três: *Virreinato de la Viena Granada* (1717 e 1739), que compreendia os atuais territórios da Venezuela, Colômbia e Panamá; *Virreinato Del Rio de la Plata* (1776), que compreendia os territórios do Chile, Argentina e Bolívia e o *Virreinato Del Peru* que hoje são o Peru e Equador. A fundação de outras cidades durante a primeira metade do séc. XVI, como La Plata (Sucre) em 1538, La Paz (1548), Cochabamba, Santa Cruz e Tarija, formaram as bases do assentamento espanhol na Bolívia. Em 1559 se cria a Audiência de Charcas com sede na cidade de La Plata, sendo o principal centro político e administrativo da colônia.

Já no ano de 1580 ocorre a segunda fundação de Buenos Aires por Juan de Garay e também a união das Coroas ibéricas, dessa forma fortalecendo e incentivando a ocupação da região platina que no século XVII se intensifica.

Após o término da união das Coroas em 1676, Portugal consegue que o Papa Inocêncio II apresente uma Bula estabelecendo a jurisdição do bispado do Rio de Janeiro até o rio da Prata. Assim Portugal ganha força e funda em 1680 a Colônia do Sacramento em frente a Buenos Aires²⁴.

²³ REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND I. As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

²⁴ Vale recordar que antes das reformas do século XVIII, o império espanhol considerava a região do rio da Prata como periférica, sem valor e de pouco atrativo. Sua posição geográfica representava uma permanente ameaça a integridade da política colonial espanhola, pois era a principal rota de contrabando britânico e holandês, via Colônia do Sacramento e em

Por outro lado os espanhóis estimulam os jesuítas, e estes, criam os Sete Povos das Missões, localizados à margem esquerda do rio Uruguai, em terras do atual Rio Grande do Sul.

A partir desse momento acirra-se a disputa entre espanhóis e portugueses tendo como motivos o controle integral da margem setentrional do rio da Prata e a obtenção do domínio sobre as terras das campanhas da Banda Oriental e das que futuramente viriam a ser o território do Rio Grande do Sul. Os portugueses fundam então os fortes de Santa Tereza e de São Miguel e mais tarde a cidade de Rio Grande²⁵ em 1737²⁶.

Enquanto isso os espanhóis fundam Montevideu²⁷ em 1723, e Maldonado em 1757, junto ao rio da Prata, o objetivo era dificultar a penetração dos portugueses.

A grande disputa em torno da colônia do Sacramento acaba por estimular a ocupação das terras do Uruguai e do Rio Grande do Sul. Os índios são expulsos e são trazidos os colonos imigrantes para fazer a ocupação da zona fronteiriça.

Portugal e Espanha decidem então, por via diplomática definir os seus limites assinando o Tratado de Madrid²⁸ em 1750. Este passou a Colônia do Sacramento, até então portuguesa para o domínio espanhol enquanto as terras onde se localizavam os

cumplicidade com Portugal. Buenos Aires não podendo comerciar diretamente com a metrópole através do seu porto, acabava tendo altos custos nos produtos vindos do Peru, o que a fez burlar as formas oficiais e de certa forma acabou contribuindo para a interiorização do comércio através do contrabando. O apoio da Coroa na defesa da região e para seu desenvolvimento foi quase inexistente nesta época. Posteriormente devido as necessidades políticas e para garantir sua dominialidade a Espanha permite que o porto de Buenos Aires comercialize diretamente com o Brasil e Inglaterra. Ver a respeito Miron Burgin, Aspectos econômicos Del federalismo argentino. Buenos Aires, Solar-Hachette, 1969.

²⁵ A cidade de Rio Grande teve sua origem no forte de Jesus Maria José.

²⁶ REICHEL, Heloisa J., GUTFREIND I. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

²⁷ Observa-se aqui que Padoin, 2001, identifica a fundação de Montevideu no ano de 1727. (p.18) E que Reichel, 1996, usa no texto a data de 1723 (p.65) e na relação cronológica que faz o ano é o de 1724.

²⁸ Mais conhecido como o Tratado da Permuta.

Sete Povos das Missões passaram para domínio português. Devido a pouca aceitação por parte dos índios e pela população colonial cria-se um grande conflito, desencadeando a Guerra Guaranítica (1754 a 1755).

Em 1777 foi assinado o Tratado Preliminar para delimitação das zonas portuguesas e espanholas da América do Sul, posteriormente seguido do Tratado de Santo Ildefonso. Como coloca Reichel e Gutfreind (1996) Portugal então renuncia à navegação dos rios da Prata e Uruguai e às terras adjacentes nas suas margens setentrional e meridional, e coloca sob a posse da Espanha a Colônia do Sacramento, a ilha de São Gabriel e os Sete Povos das Missões. Em troca, a Coroa portuguesa recebe os direitos exclusivos de navegação e entrada no Rio Grande de São Pedro, com o domínio da parte meridional até o arroio Taim.

Em maio de 1809 a rebelião em Chuquisaca encabeçada por Bernardo Monteagudo, Jaime Zudanez e outros; em La Paz, Pedro Domingo Murillo (Julio de 1809) e em Cochabamba (setembro de 1816), unindo-se outras províncias de Charcas deram início a emancipação e independência da Bolívia, concluída apenas em 6 de agosto de 1825, na assembléia convocada por Mariscal Antonio José de Sucre e Dr. Cassimiro Olañeta, proclamaram então a República da Bolívia com a capital Sucre. Nomearam Bolívar como primeiro presidente, o qual ficou conhecido pelo apelido de “libertador”²⁹.

No século XIX, as fronteiras começam a ser delineadas com suas formas definitivas, em 1809 o Rio Grande do Sul ganha seus contornos atuais, e criam-se os primeiros municípios, Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha³⁰. Enquanto isso em 1810 a Espanha identifica o término do domínio colonial. E em 1811 acontece a primeira tentativa de independência do Paraguai, mas essa só ocorre legitimamente em 21.10.1813 com a proclamação de uma constituição Republicana. Em seguida, 1816 o Congresso

²⁹ Texto encontrado em

<http://www.solobolivia.com/historia/bolivia/repub.shtm> acessado em 27/11/2003.

³⁰ PEREGALLI, Enrique, *Como o Brasil ficou assim?* Global. São Paulo, 1982.

de Tucumán declara oficialmente a independência da Argentina.

Portugal invade a Banda Oriental, e esta em 1821 torna-se Província Cisplatina, do império luso na América. Após a independência do Brasil em 1822, a Cisplatina é mantida como Província Império brasileira. Assim originando mais conflitos entre Brasil, Argentina e Uruguaios. E somente em 1828 a Província Cisplatina constitui-se em República Oriental do Uruguai. (RAPOPORT, 1998, p.116)³¹

Desta forma, visualiza-se nos Tratados a grande importância para a formação e estruturação da Região Platina. Através da peculiaridade indicada pelo comércio e pela evolução das idéias sociais, observa-se um caráter nacional distinto às fronteiras, aos limites e à história de cada estado-nação, no entanto a evolução e a trajetória que envolvem a região platina se confundem e parecem não ter uma divisão, quando se analisa os aspectos econômicos como o modo de produção, a pecuária, o trabalho e as ocupações de terras. Também fica claro a relevância das águas e suas veias, ora como meio de transporte, como defesa, como alimento e como divisão de territórios. A grandiosidade está na construção de uma sociedade livre, independente e com cultura própria, mas que utilize a sua fronteira como meio de conhecimento, integração e cooperação.

4. Mercosul

A criação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), estabelecido pelo *Tratado de Assunção*, de 26/03/91, e reafirmado pelo *Protocolo de Ouro Preto*, de 17/12/94, resulta de um longo processo de negociação e aproximação entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai³².

A criação da ALADI (Associação Latino-americana de Integração), em substituição à ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), em 1980,

³¹ RAPOPORT, Mario. CERVO, Amado L. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UNB, 1998.

³² Tratado de Assunção, Protocolo de Ouro Preto, Protocolo de Brasília, Protocolo de Olivos disponível em www.mercosur.org.uy Acessado em Setembro de 2002.

foi parte do processo de integração latino-americana. A integração Brasil-Argentina, antecedente imediato do Mercosul, foi impulsionada por três fatores principais: a superação das divergências geopolíticas bilaterais; o retorno à plenitude do regime democrático nos dois países; a crise do sistema econômico internacional³³.

Uma série de acordos bilaterais precederam o Mercosul, a começar pela "Declaração de Iguazu", firmada pelos Presidentes Sarney e Alfonsín em 30/11/85, buscava a integração em diversas áreas, técnica, econômica, financeira, comercial, e estabelecia as bases para a cooperação no campo do uso pacífico da energia nuclear³⁴.

Em 20 de julho de 1986, foi assinada a "Ata de Integração Brasileiro-Argentina", que estabeleceu os princípios fundamentais do "Programa de Integração e Cooperação Econômica" – PICE³⁵. O objetivo do PICE foi o de propiciar a formação de um espaço econômico comum por meio da abertura seletiva dos mercados brasileiro e argentino³⁶. Posteriormente em 1988, veio o "Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento", cujo objetivo era constituir, no prazo máximo de dez anos, um espaço econômico comum por meio da liberalização integral do comércio recíproco³⁷.

Em 06 de julho de 1990, Brasil e Argentina firmam a "Ata de Buenos Aires", mediante a qual fixam a data de 31/12/94 para a conformação definitiva de um

³³ Centro de Integração do Mercosul. *A história do Mercosul*. Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária, 1999.

³⁴ CEDEP - Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - Cronologia do Mercosul / UFRGS- www.cedep.ifch.ufrgs.br. Acessado 2002 a 2004.

³⁵ Todas as datas citadas referentes ao Mercosul, estão baseadas em CEDEP - Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - Cronologia do Mercosul / UFRGS- www.cedep.ifch.ufrgs.br. Acessado 2002 a 2004.

³⁶ www.mercosur.org.uy Acessado em Setembro de 2002.

³⁷ O Tratado previa a eliminação de todos os obstáculos tarifários e não-tarifários ao comércio de bens e serviços. Foram assinados 24 Protocolos em diversas áreas, sendo que os de natureza comercial foram posteriormente consolidados em um único instrumento: o Acordo de Complementação Econômica nº 14, da ALADI.

Mercado Comum entre os dois países. Em agosto de 1990, Paraguai e Uruguai são convidados a incorporar-se ao processo integracionista, tendo em vista a densidade dos laços econômicos e políticos que os unem a Brasil e Argentina. Como consequência, é assinado, em 26 de março de 1991, o "Tratado de Assunção para Constituição do Mercado Comum do Sul" e, constitui, juntamente com o Protocolo de Brasília, de 1991 e o Protocolo de Ouro Preto, de 1994, os principais instrumentos jurídicos do processo de integração³⁸.

O Tratado de Assunção constitui, um Acordo-Quadro, na medida em que não se esgota em si mesmo, mas é continuamente complementado por instrumentos adicionais, negociados pelos quatro Estados Partes em função do avanço da integração. Já o Protocolo de Brasília, estabelece o sistema de solução e controvérsias do Mercosul, através de três mecanismos extrajudiciários de solução: a negociação, a conciliação e a arbitragem. Posteriormente atualizado pelo Protocolo de Olivos em 18 de fevereiro de 2002, que estabeleceu modificações no sistema de solução de controvérsia de maneira a consolidar a segurança jurídica do Mercosul.

O Protocolo de Ouro Preto ou "Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do Mercosul", assinado em dezembro de 1994, dá ao processo de integração o perfil completo de uma União Aduaneira³⁹. A partir de sua assinatura, durante a Cúpula de Ouro Preto, passa a contar com uma estrutura institucional definitiva para a negociação do aprofundamento da integração em direção ao ambicionado Mercado Comum⁴⁰.

³⁸

www.brasil.org/mercosulprotocolo_Ouro_Preto.htm//www.sice.oas.org/trade/mrcsr/ouro/index.asp

³⁹ União Aduaneira - proíbe a aplicação de tarifas ou outras barreiras comerciais entre seus membros, além disso, harmoniza as políticas comerciais em relação ao resto do mundo. Estabelece a TEC (tarifa externa comum). Ex: UE - 1957, União Européia Zollverein - 1834, Alemanha.

⁴⁰ 17/1/1994 Os países do Mercosul acolheram a Bolívia como sócio observador, que poderá participar dos subgrupos de trabalho sobre meio ambiente e transporte terrestre.

Conforme Ventura 2003⁴¹, o organograma do Mercosul é formado pelos seguintes órgãos com poder decisório:

Conselho do Mercado Comum (CMC): é o órgão superior do Mercosul, ao qual incumbe a condução política do processo de integração.

Grupo Mercado Comum (GMC): é o órgão executivo do Mercosul, integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores, Economia e Bancos Centrais dos Quatro.

Comissão de Comércio (CCM): órgão assessor do GMC cumpre o papel de velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial acordados pelos Estados Partes para o funcionamento da União Aduaneira.

Órgãos consultivos são formados pelas Reuniões de Ministros, Comissão Conjunta Parlamentar, Fórum Consultivo Econômico e Social. Posteriormente temos os Subgrupos de Trabalho (SGTs) que são órgãos de assessoramento do GMC, os SGTs dividem-se por temas. O SGT nº. 6 é responsável pelo tema Meio Ambiente. Em seguida tem-se as Reuniões Especializadas, são órgãos de assessoramento do GMC, funcionam como os SGTs. Os Grupos *Ad Hoc* foram criados pelo GMC para tratamento de algum tema específico. Por fim temos os Comitês Técnicos (Cts) que são órgãos de assessoramento da CCM, dividem-se de acordo com os temas tratados.

O Mercosul sendo um bloco econômico, formado por quatro países, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, os quais fazem parte, juntamente com a Bolívia dos limites da Bacia do Prata, tem uma grande responsabilidade nas questões ambientais e percebe-se a importância das relações e decisões que venham a ser estabelecidas internamente ou entre estes Estados-membros, principalmente focando ações que visam a atender os anseios da proteção ambiental, e que resultarem em atitudes de utilização e proteção dos recursos hídricos.

⁴¹ Transcrito da Tabela 4 - O organograma do Mercosul. Localizado no anexo 3, página 675 e pgs 86 à 92. VENTURA, Deisy de Freitas Lima. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole, 2003.

Observa-se ainda a grande importância da Bacia para o desenvolvimento das regiões banhadas por suas águas, seja no aspecto produtivo, como meio de produção, geradora de energia, ou outro uso de suas águas, entendendo ser de maior importância sua preservação e correta gestão de suas capacidades.

Assim, é relevante fazer uma breve explanação de como o Mercosul desenvolve as questões ambientais.

5. Mercosul e Meio Ambiente

As diretrizes do Mercosul estabelecidas em 1991, pelo Tratado de Assunção, compreendem, de forma geral, a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros, a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os seus membros e a harmonização das suas legislações, não se vislumbrando qualquer menção a aspectos de natureza ambiental.

Entretanto, nota-se que no Tratado de Assunção a questão ambiental é superficialmente abordada, tendo-se estabelecido que a integração econômica deverá ser alcançada mediante o aproveitamento eficaz dos recursos disponíveis e a preservação do meio ambiente. No entanto não existe nenhum capítulo exclusivo sobre meio ambiente. Isto se deve ao fato de que as questões de natureza ambiental, no momento de construção do tratado não foram discutidas de forma aprofundada ou no máximo estão em processo de discussão interna em seus Estados-Partes.

Assim, variável ambiental foi discutida pela primeira vez 1992, na cidade de Canela, ocasião em que se estabeleceu a posição de cada participante do Mercosul no que tange a questão ambiental, levando-se em conta a realidade sócio-econômica de cada país.

A Declaração de Canela, originada a partir deste evento incorpora diversas metas ambientais a serem perseguidas pelos Estados-Partes, podendo citar dentre elas, a proteção da atmosfera, diversidade biológica, degradação dos solos e desertificação, florestas, recursos hídricos, resíduos tóxicos e perigosos, recursos

financeiros e comércio internacional. Neste contexto foi criada a Reunião Especializada de Meio Ambiente (REMA), da qual participaram representantes de todos países membros do Mercosul, com objetivo de formular ao Grupo do Mercado Comum, recomendações que assegurem uma adequada proteção do meio ambiente no processo de integração regional.

Além de exercer este papel as REMAs foram incumbidas de analisar as legislações ambientais de todos os países membros do Mercosul, cabendo as mesmas contribuir para o estabelecimento de condições adequadas de competição, no tocante a matéria ambiental não somente entre os Estados-Partes mas entre o Mercosul e outros países ou blocos.

Dentre as tarefas atribuídas à REMA estão: a) a harmonização ou diminuição das restrições não-tarifárias; b) regras que assegurem adequada competitividade, com análise de custo ambiental e do custo total do processo produtivo; c) implementação da Série ISO-14.000 – gestão ambiental, como fator favorável de competitividade dos produtos oriundos do Mercosul no mercado internacional; d) documento único que otimize níveis de proteção ambiental no Mercosul; e) criação de um sistema de informação ambiental; f) criação do selo verde Mercosul.

Na terceira REMA, foi aprovado o documento “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, posteriormente transformada na resolução 10/94 do Grupo Mercosul Comum, do qual constam as Diretrizes Básicas da harmonização da legislação ambiental dos Estados-Parte, adoção de políticas de proteção do meio ambiente, aproveitamento dos recursos naturais renováveis, elaboração e Estudos de Impacto Ambiental (EIA), revelando-se um importante instrumento para inserção da variável ambiental no processo de integração econômica entre os países⁴².

A quinta REMA, realizada em Montevideo, no mês de novembro de 1994, discutiu a importância de manter uma

⁴² A aplicação das diretivas como forma harmonização das legislações, podem ser destacadas no documento “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”³⁸ (REMA/REC/nº1/94), norteador das políticas ambientais a serem implementadas pelos países integrantes do Mercosul.

instituição que trate de questões ambientais, o que foi concretizado, após a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, com a Decisão nº1/95 do Conselho do Mercado Comum e a Resolução 20/95, do Grupo do Mercado Comum, que criou dez Subgrupos de Trabalho, entre eles o SGT-6, específico para assuntos relativos ao meio ambiente⁴³.

O Sub-Grupo nº 06, é composto por representantes de todos os países membros, e as reuniões não são realizadas com frequências fixas. Dentre os principais temas analisados pelo Sub-Grupo pode-se citar, a elaboração de um instrumento jurídico contemplando a matéria ambiental no Mercosul e a identificação de medidas de natureza ambiental que possam configurar possíveis barreiras ao comércio.

Diante do exposto pode-se concluir que as regras visando a harmonização das legislações ambientais dos Estados-Partes passarão a existir gradativamente como fator essencial ao processo de integração.

A I Reunião de Ministros do Meio Ambiente realizada em 21.06.1995, na cidade de Montevideo, quando foi assinada a Declaração de Taranco⁴⁴, na qual os signatários do Tratado de Assunção concordaram com a uniformização de suas normas e legislações ambientais. E, na 2ª Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul, realizada em Brasília, em 08 de novembro de 2004, ficou estabelecido a criação de um grupo de estudo para verificar as diferenças nas leis ambientais dos Estados-parte e tentar buscar uma

⁴³ 19/9/1994 É firmado acordo estabelecendo o Estatuto da Comissão Mista Brasileiro-uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM).

⁴⁴ Conforme Cronologia do Mercosul, disponível em www.cedep.ifch.ufrgs.br. Em 21/6/1995 Firmada durante a 1ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul, a Declaração de Taranco que se ocupa da legislação e normas gerais, ecossistemas comuns, coordenação de posições em acordos internacionais e custos ambientais de processos produtivos.

harmonização das regras⁴⁵, e da elaboração do GEO- Mercosul^{46, 47}.

Na data de 13/2/1995, entra em vigor o Acordo de Transporte Fluvial da Hidrovia Paraguai-Paraná (Acordo de Santa Cruz de la Sierra), subscrito no marco da Associação Latino-americana de Integração (Aladi). O acordo garante a igualdade de direitos, de tratamento e de condições de transporte aos armadores dos países signatários, Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Em 1996, Brasil e Argentina assinaram acordo de cooperação em matéria ambiental. Em 1997, aconteceu em Montevideo, o ajuste complementar ao Acordo de Cooperação entre Brasil e Uruguai para o aproveitamento dos recursos naturais e o desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí⁴⁸.

De 1995 à 2000 há apenas uma resolução do GMC (7/98)⁴⁹, que trata da

⁴⁵ A harmonização de regras conforme exposto nos discursos e na Ata nº02/04, não pressupõe uma padronização por igual em todos os Estados-membros, mas sim, uma busca por um equilíbrio e semelhança com respeito as particularidades de cada país, atentando para um processo justo, que não venha a prejudicar as relações internacionais, mas que colabore para a proteção e preservação do meio ambiente. Ata nº 02/04 encontrada em http://www.mma.gov.br/?id_estrutura=2&id_menu=623&id_conteudo=1710

⁴⁶ GEO Mercosul - Documento, elaborado pelo Pnuma - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, tem como objetivo subsidiar tomadores de decisão dos governos com informações sócio-econômico-ambientais tem uma previsão de custo de US\$ 60.000. E Por ocasião dos 20 anos do informe da Comissão Brundtland “Nosso Futuro Comum”, em 2007, o PNUMA pretende publicar o 4º Informe Perspectivas do Meio Ambiente Mundial (GEO-4).

⁴⁷ Resolução 10/94 do GMC que aprovou o documento “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, disponível em <<http://www.mercosur.org.uy/>>, acesso em 14 de jan. 2002.

⁴⁸ II ENCONTRO das ÁGUAS. - Fórum Internacional de Recursos Hídricos: aspectos jurídicos, políticos e institucionales.- 15 al 18 de junio de 1999.- Dr.Gastón Casaux .

⁴⁹ GMC/RES/7/1998, de 08 de maio 1998, que resolve incluir o tema “emergências ambientais” no programa de trabalho do Subgrupo de Trabalho nº 6, buscando prevenir desastres ambientais, NORMATIVA MERCOSUL. Disponível em <<http://www.mercosur.org.uy/>>, acesso em 14 de jan.

questão da proteção das águas no Mercosul. Desta forma percebe-se que além das “Diretrizes Básicas em Matéria de Política Ambiental”, das “Emergências Ambientais”, do “Plano Geral de Cooperação e Coordenação Recíproca para a Segurança Regional em Matéria de Ilícitos Ambientais”, que também dizem respeito às questões relacionadas a preservação das águas, pode-se dizer que no Mercosul prepondera os acordos bilaterais ou multilaterais entre os Estados-membros, destacando-se, entre tantos, a construção da Hidrovia Paraná-Paraguai⁵⁰.

A XLVIII Reunião do Grupo Mercado Comum, celebrada em Brasília durante os dias 27 e 28 de novembro de 2002, aprovou o Programa de Trabalho do Sub-grupo de Trabalho nº 6 – Meio Ambiente para o ano de 2003.

Este programa compôs-se de sete pontos: 1) Sistema de Informação Ambiental – SIAM: administração e disposição de informações pelo SIAM, uma atividade de ação permanente; 2) Competitividade e Meio Ambiente: a) execução do Plano Operativo GTZ / MERCOSUL sobre Fomento e Gestão Ambiental e de produção mais limpa, b) elaboração de políticas e estratégias regionais de produção mais limpa, c) desenvolvimento de estudos de instrumentos econômicos que atuem positivamente na competitividade; 3) Gestão Integrada de Substancias e produtos Químicos perigosos: a) proposta de ação com bases nas prioridades regionais identificadas, b) proposta de identificação específica para substancias compreendidas em diferentes instrumentos internacionais dos quais os países sejam signatários; 4) Instrumentos e Mecanismos para a melhora da Gestão Ambiental: projeto de Acordo de Cooperação e Assistência em Matéria de Emergências Ambientais; 5) O Meio Ambiente como gerador de Oportunidades no Marco do Desenvolvimento Sustentável: intercambio de informações sobre experiências concretas de geração de emprego e oportunidades em setores

2001.

⁵⁰Hidrovia Paraná-Paraguai. , que possui 3.303 km de extensão e causará impacto em todo o ecossistema hidrológico da bacia do prata. Acesso em: 22 dez.2000, disponível em www.buscalegis.ccj.ufsc.br/ambiental/artigos .

vulneráveis por meio de serviços ambientais que promovam o desenvolvimento econômico; 6) Temas Setoriais: identificação de pontos focais e contatos para a articulação com os Sub-grupos de Trabalho, em particular com os de Saúde, Indústria e Energia, e com a Comissão Parlamentar Conjunta – Mercosul Ambiental; 7) Acompanhamento da Agenda Ambiental Internacional: identificação de pontos focais e contatos⁵¹. Todos estes pontos continuam em discussão e em preparação de propostas.

No que se refere ao tema recursos hídricos, entende-se a grande relevância do tema, principalmente devido a estar ligado a todo ambiente devido ao próprio ciclo da água. Destacam-se as preocupações com a Aquífero Guarani e a necessidade de retomar a proposta feita pelo Brasil sobre Gestão Integrada de Recursos Hídricos apresentada ao SGT-6 em 2002. Ainda, o Uruguai propôs que em todos os projetos de gestão de recursos hídricos na região se obtenha a maior quantidade de produtos regionalizados, como exemplo o projeto da Bacia do Prata.

6. Tratado da Bacia do Prata

Conforme coloca Soares (2001)⁵², O Tratado da Bacia do Prata não encontra-se na relação da ONU, apesar de estar em vigor desde 1969, entre Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai. Nele se assegura a institucionalização do sistema da Bacia do Prata, com a preocupação de assegurar sua preservação para as gerações futuras através da utilização racional dos recursos.⁵³

⁵¹ FREITAS JÚNIOR, Antonio de Jesus da Rocha. *Considerações acerca do Direito Ambiental do Mercosul Jus Navigandi*, Teresina, a.8, n.136, 19 nov. 2003. Disponível em: <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>. Acesso em: 2003.

⁵² SOARES, Guido Fernando Silva. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001.

⁵³ Para demais informações sobre tratados e convenções internacionais sobre rios e bacias consultar - Convenção sobre a proteção e o uso dos cursos d'água transfronteiriços e dos lagos internacionais, Helsinque, 1966). Bem como, Conferência Internacional Sobre a Água e o Meio

A Bacia do Prata sofre grande diversidade ambiental, cultural, social e econômica. Assim, vislumbrando estes aspectos e entendendo a necessidade de cooperação além fronteira, resolvem os países banhados por suas águas, estabelecer um maior comprometimento com sua gestão. Surgem assim, acordos, declarações, reuniões que acabam por criar e desenvolver o Tratado da Bacia do Prata. Destacam-se os seguintes documentos⁵⁴:

1. Declaração Conjunta dos chanceleres da Bacia do Prata. Buenos Aires, 1967.

2. Ata de Santa Cruz de La Sierra, 1968.

3. Tratado da Bacia do Prata, Brasília, 1970.

4. Ata de Brasília, 1970.

5. Resolução nº 25, da Reunião dos chanceleres da Bacia do Prata, sobre aproveitamento de rios internacionais.

6. Estatuto do Comitê Intergovernamental Coordenador, Santa Cruz de La Sierra, 1968.

7. Acordo de Sede entre o Governo da República Argentina e o Comitê Intergovernamental Coordenador, Buenos Aires, 1973.

8. Regulamento da Reunião dos chanceleres da Bacia do Prata, Punta del Este, 1972.

9. Convênio constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, Buenos Aires, 1974.

10. Acordo sobre imunidade, isenções e privilégios do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata)

11. Documento de Buenos Aires, 1974.

12. Acordo tripartite de cooperação técnico-operativo de Itaipu e Corpus, Presidente Stroessner, 1979.

13. Declaração de Buenos Aires, 1980.

Ambiente: O Desenvolvimento na Perspectiva do Século XX. WMO-Dublin, Irlanda (1992).

⁵⁴ Considerando que o assunto é de grande riqueza e vasto, neste momento, será dado ênfase somente ao entendimento sobre o Tratado da Bacia do Prata, não sendo possível analisar todos os documentos e acordos binacionais.

<http://www.iadb.org/intal/tratados/cuencaplata1.htm>.

O Tratado da Bacia do Prata começa a tomar forma em 1967, na 1ª Reunião de Chanceleres dos países da região, realizada em Buenos Aires⁵⁵. O Tratado representou o primeiro esforço para transformar a "fronteira de separação" em "fronteira de cooperação"⁵⁶, criando condições para um desejável diálogo político, possibilitando ao mesmo tempo, estabelecer programas e intenções de cooperação com vistas à integração física da região⁵⁷.

Desta forma estabeleceu-se o marco jurídico-diplomático que viria a ordenar o relacionamento entre os países da região e em torno da qual foram geradas e orientadas as condições que permitiram as futuras negociações.

O Tratado da Bacia do Prata foi assinado por Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai em 23 de abril de 1969, em Brasília, quando da 1ª Reunião Extraordinária dos Ministros das Relações Exteriores dos países da Bacia do Prata, e entrou em vigor em 14 de agosto de 1970.

O Artigo I estabelece que, "as Partes convêm em conjugar esforços com o objetivo de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável"⁵⁸. Para tal fim, deverão promover, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos e instrumentos jurídicos que estimem necessários. A Reunião de Chanceleres, criada pelo artigo II, é o órgão supremo do Tratado.

Como objetivos específicos, dentro da área de recursos hídricos, atenta para

⁵⁵ Várias informações e anotações foram extraídas da página

<http://www.iadb.org/intal/tratados/cuencaplata1.htm>.

⁵⁶ <http://www.oas.org/usde/plata/legalf.htm>.

⁵⁷ Segundo os textos das Atas, observa-se que uma das questões mais relevantes era o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná. Uma vasta documentação encontra-se disponível no Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata - CEDEP/ UFRGS- www.cedep.ifch.ufrgs.br

⁵⁸ Artículo I. Las partes contratantes convienen en mancomunar esfuerzos con el objeto de promover el desarrollo armónico y la integración física de la Cuenca del Plata y de sus áreas de influencia directa y ponderable. Tratado da Bacia do Prata disponible em www.cicplata.org.

facilitar a navegação, utilização racional da água com uso múltiplo equitativo, a preservação e o fomento da vida animal e vegetal, e a projetos de interesse comum relacionados com o inventário, avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área. Ao todo são nove objetivos que incluem a educação, transportes e o desenvolvimento da indústria, fechando com a busca pelo conhecimento integral da Bacia⁵⁹.

Desta forma ao longo dos anos, diversos acordos, organismos e empreendimentos multilaterais foram sendo criados. O Sistema da Bacia do Prata como é conhecido é formado pelos seguintes órgãos:

- Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)

- Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)

- Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH)

O Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)⁶⁰ foi criado, com o nome de Comitê Intergovernamental Permanente, pela Declaração Conjunta dos Chanceleres, durante a I Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai), em 27 de fevereiro de 1967, e reuniu-se pela primeira vez em 1º de junho de 1967. Seu Estatuto foi aprovado na II Reunião de Chanceleres, em 1968. Nos seus termos, o CIC "se destinará a promover, coordenar e acompanhar as ações multinacionais referentes ao melhor aproveitamento dos recursos da Bacia do Prata e ao desenvolvimento harmônico e equilibrado da região, com o fim de atingir os objetivos fixados pelos Chanceleres dos países da Bacia do Prata, nas reuniões celebradas para esse fim. Corresponderá ao Comitê centralizar o intercâmbio das informações que tenham relação com os objetivos enunciados e de quaisquer outras que os organismos nacionais especializados julguem pertinente" (artigo 1º).

⁵⁹ ANA – Agência Nacional das Águas. Bacias Brasileiras do Rio da Prata: Avaliações e propostas. Outubro de 2001.

⁶⁰ Conforme documentos publicados na Revista de Informação Legislativa Brasília a. 21 nº 81 jan/mar. 1984 – Suplemento.

O CIC é presidido, rotativamente, pelos representantes dos Estados-membros e conta com uma Secretaria Executiva, cuja sede fica em Buenos Aires e funciona de forma permanente. O cargo de Secretário Executivo é desempenhado por um representante do Estado membro, por rotação alfabética.

Pelo Tratado da Bacia do Prata (artigo 3º), os Chanceleres dos países signatários acordaram reconhecer o CIC como "o órgão permanente da Bacia, encarregado de promover, coordenar e acompanhar o andamento das ações multinacionais, que tenham por objeto o desenvolvimento integrado da Bacia do Prata. Promover assistência técnica e financeira, com o apoio dos organismos internacionais, bem como de executar as decisões dos Ministros das Relações Exteriores." O CIC constitui, ademais, a instância preparatória e de organização, inclusive logística, da Reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata. Desta forma exerce a função de foro para a discussão de temas sensíveis no âmbito da Bacia do Prata e foro para a coordenação de projetos.

Na XVII Reunião dos Chanceleres, em 1987 é formado o Programa de Ações Concretas (PAC), para viabilizar projetos, nas áreas de intercâmbio de dados hidrológicos, controle da qualidade das águas da Bacia, conservação de solos, navegação e transporte fluvial, transporte terrestre e cooperação fronteiriça.

Os Estados membros concordaram em estabelecer grupos Técnicos para estudos e projetos nas seguintes áreas: Alerta Hidrológico, Qualidades das Águas, Conservação dos Solos, Cooperação Fronteiriça, Transportes Terrestres e Navegação Fluvial. Dentre os resultados obtidos, destaca-se a instituição de intercâmbio regular de dados hidrológicos entre os cinco países⁶¹. Os projetos eixo atuais são o Programa Marco, Base de dados Institucional e Mapa Digital⁶².

⁶¹ É necessário salientar que estes grupos técnicos são formados por integrantes de cada país, que passam a trocar informações. Os dados ainda são insuficientes, pois não são fornecidos conforme os estudos e coletas existentes em cada país. E em alguns países como Paraguai, os dados são bem precários.

⁶² Disponível pelo site www.cicplata.org.

Quanto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA)⁶³ é o órgão de instrumentação financeira do [Tratado da Bacia do Prata](#), cujo Convênio Constitutivo foi assinado em 12 de junho de 1974, em Buenos Aires, pelos Chanceleres dos países membros, e entrou em vigor em 14 de outubro de 1976. Sua sede localiza-se na cidade de Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia.

As principais funções do FONPLATA são conceder empréstimos, outorgar fianças e avais, gestionar recursos por encargo de seus membros e exercer todas as atividades necessárias para cumprir com seus objetivos fundamentais. Além disso, deve apoiar financeiramente a realização de estudos de pré-investimento e assistência técnica, identificando oportunidades de interesse para a região. Na concessão de empréstimos e cooperação técnica, o FONPLATA concede tratamento preferencial aos pedidos de Bolívia, Paraguai e Uruguai, países de menor desenvolvimento relativo. O FONPLATA também vem apoiando o projeto da [Hidrovia Paraguai-Paraná](#).

A Assembléia de Governadores, órgão máximo do Fundo, está integrada por cinco governadores designados pelos países membros.

Para desempenhar suas atribuições, o FONPLATA dispunha de recursos próprios, num montante inicial de US\$ 100,000,000.00 (cem milhões de dólares estadunidenses), de acordo com o disposto no Artigo 5º, do Convênio Constitutivo⁶⁴.

Em 31 de dezembro de 2001, seu patrimônio, incluindo reservas, ascendia ao valor de 370 milhões de dólares. Nos termos do Convênio, o Brasil e a Argentina concorrem com 33%, cada um, do capital do Fundo, cabendo os restantes 33% à Bolívia, ao Paraguai e ao Uruguai (11% cada). Em 25 anos de operação teve um crescimento de 125% ou seja um crescimento médio anual de 6,6%⁶⁵.

⁶³ Informações disponíveis em www.fonplata.org. Incluindo as memórias anuais, e dados sobre os projetos executados e atuais.

⁶⁴ Conforme documentos publicados na Revista de Informação Legislativa Brasília a. 21 n° 81 jan/mar. 1984 – Suplemento

A crescente utilização de recursos do FONPLATA para financiamento de projetos nos países membros levou à progressiva exaustão da capacidade de investimentos e de empréstimos por parte desse órgão. Essas limitações financeiras vêm provocando crescentes dificuldades na capacidade do Fundo de atuar como o agente financeiro privilegiado da sub-região. Paralelamente, o processo de integração na sub-região do continente, de que constitui exemplo maior o MERCOSUL, exige maior dinamismo na geração de financiamentos que possam atender à crescente demanda por capitais para projetos de infra-estrutura e de desenvolvimento econômico e social dos países da área⁶⁵.

Já o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) é o órgão do sistema do [Tratado da Bacia do Prata](#) que tem por objetivo coordenar o desenvolvimento do sistema de transporte fluvial nos rios Paraguai e Paraná⁶⁷.

O desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná está associado à própria história dos países por ela servidos e representa uma tradicional via de integração com os nossos vizinhos. O CIH é composto pelas delegações governamentais dos cinco países membros do Tratado da Bacia do Prata e conta com uma Secretaria Executiva, com sede em Buenos Aires, e com um órgão técnico permanente, a Comissão do Acordo, bem como por seis grupos *ad hoc*, encarregados da harmonização da legislação e do estudo de melhoramentos da infra-estrutura da hidrovia.

⁶⁵ Dados disponíveis em www.fonplata.org, acessado em julho e dezembro de 2004.

⁶⁶ Para maiores detalhes sobre Fonplata olhar: Martins, Rui Décio. A contribuição do fonplata para o incremento de áreas fronteiriças. Simpósio Internacional Fronteiras na América Latina. MILA, 2004.

⁶⁷ Informações disponíveis no site www.cicplata.org, acessado em julho e dezembro de 2004. A hidrovia Paraguai-Paraná é um sistema de transporte fluvial de utilização tradicional, em condições naturais, que conecta o interior da América do Sul aos portos de águas profundas do curso inferior do Rio Paraná e do Rio da Prata. Com 3442 Km de extensão, desde seu nascedouro em Cáceres até o seu final, no delta do Paraná, a hidrovia proporciona acesso e serve como artéria de transporte para grandes áreas no interior do continente.

Esses grupos elaboram propostas que são levadas ao plenário do CIH. Por sua vez, o CIH está subordinado à reunião dos Chanceleres da Bacia do Prata, à qual leva projetos de declarações e resoluções aos governos dos Estados-membros. Os Chanceleres da Bacia do Prata emitiram a seguinte Declaração Conjunta sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná na cidade de Montevidéu, no dia 14 de dezembro de 1997, constituindo a V Reunião Extraordinária dos Chanceleres dos Países Membros da Bacia do Prata.

... reafirmar a significativa importância que atribuem à Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres-Porto de Nova Palmira), que representa um importante fator de crescimento econômico e de melhoramento das condições de vida das comunidades da região e que contribui ao processo de integração em curso entre seus países. (Declaração Conjunta 14/12/1997)

Portanto, a Hidrovia Paraguai-Paraná oferece à região uma alternativa de transporte ambientalmente sustentável, de custos reduzidos, e integrada a outras modalidades de transporte. Ratificaram sua disposição de propiciar o desenvolvimento da Hidrovia Paraguai-Paraná, assegurando o aperfeiçoamento da navegação em condições de maior segurança e confiabilidade, com a necessária preservação do meio ambiente⁶⁸.

⁶⁸ Seguiram-se entendimentos que culminaram no Acordo de Transporte Fluvial, assinado em Las Leñas, Argentina, em 26 de junho de 1992, pelos Chanceleres dos cinco países da Bacia do Prata. O Acordo e seus 6 Protocolos Adicionais, em vigor desde fevereiro de 1995 (promulgado pelo Decreto 2716, de 10/08/98 - D.O.U. de 11/08/98) consagram os princípios de livre trânsito, liberdade de navegação, livre participação das bandeiras no tráfego entre os países signatários, igualdade e reciprocidade de tratamento, segurança da navegação e proteção ao meio ambiente. O Acordo e seus Protocolos Adicionais também dispõem sobre a harmonização de normas nos cinco países relativas à navegação e ao comércio na Hidrovia. A fim de implementar essas normas, vêm sendo elaborando regulamentos únicos, válidos para toda a extensão da Hidrovia. Onze regulamentos já foram aprovados e estão sendo protocolizados na ALADI, para sua entrada em vigor nos cinco países. www.cicplata.org e www.iadb.org - Banco Interamericano de

Outro marco do desenvolvimento e da importância da Bacia do Prata para a região foi a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Um verdadeiro monumento à integração entre países e um marco na história da cooperação bilateral⁶⁹. Operando, comercialmente, desde 1986, a empresa presta inestimável contribuição tanto na produção de energia para o Brasil, quanto na geração de divisas para o tesouro paraguaio. As questões ligadas à administração da empresa binacional são discutidas no Conselho de Administração de Itaipu, cujos membros são designados pelos dois governos.

Outras Comissões Binacionais para o Desenvolvimento são o exemplo desse esforço conjunto e destacam-se como instrumentos importantes de coordenação e de execução de projetos de desenvolvimento integrado: a da Bacia da Lagoa Mirim e a da Bacia do Rio Quaraí. A primeira a ser criada (1963), a Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim (CLM), atua em uma região de grande importância econômica e social para ambos os países. É uma região de terras muito férteis, além de importante produtora de arroz, tem na própria Lagoa Mirim a maior e mais importante reserva natural de água doce do Uruguai. Desta forma pode-se perceber a relevância do projeto para o Uruguai.

A Comissão do Rio Quaraí (CRQ) 1993, foi idealizada a partir da experiência de sucesso da CLM e tem mostrado real utilidade como instrumento de cooperação fronteiriça⁷⁰.

Desenvolvimento.

⁶⁹Conforme destaca Caubet, as negociações entre Brasil, Paraguai e Argentina, foram de extrema complexidade devido a vários elementos de controvérsia entre os membros, a iniciar pelo permanente conflito de uso do recurso natural. (pg. 17) Para maiores informações consultar: Caubet, Christian Guy. *As Grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

⁷⁰ Mais informações sobre projetos no Rio da Prata podem ser encontrados no site <http://www.freplata.org/> - FREPLATA - Protección Ambiental del Río de la Plata y su Frente Marítimo: Prevención y Control de la Contaminación y Restauración de Hábitats. Brasil, Uruguay e Argentina

Com a leitura de documentos, declarações, acordos é possível perceber o interesse em resguardar de forma adequada e conjunta a fronteira dos Estados-membros da Bacia do Prata. No entanto também fica claro, principalmente observando as datas, a grande dificuldade de negociação considerando as intenções e necessidades de cada país.

O recurso água, mais propriamente na forma de um rio transfronteiriço trás na sua memória o sentimento de muitas lutas e injustiças, como mostrado pela evolução histórica da formação das fronteiras na Bacia do Prata. Cada país tem seus interesses jogados à mesa de negociação, sejam eles, ambientais, sociais ou econômicos, porém, deveria haver o pensamento conjunto de um trabalho voltado para a preservação de todo equilíbrio ambiental da região. No entanto a sociedade tomadora de decisão parece ainda não perceber essa necessidade e prioriza o econômico em suas ações.

A Associação Mundial da Água (GWP)⁷¹ tem definido Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH), como um processo que promove o manejo e desenvolvimento coordenado da água, da terra e dos recursos relacionados, com o fim de maximizar o bem estar social e econômico sem comprometer a sustentabilidade dos ecossistemas.

Como os tomadores de decisão geralmente estão ligados ao governo, a cada dia torna-se mais importante a discussão sobre a governabilidade vinculada à gestão de recursos hídricos, pois as decisões de projetos e planejamentos, estão a cada momento estreitando e se orientando pelo conceito de Gestão Integrada de Bacia Hidrográfica.

Conforme relatório da Cepal (1994), quase todos os países fizeram reformas na estrutura institucional na gestão de recursos hídricos. Mas em geral os países carecem de políticas próprias de gestão ambiental. Existem declarações, normas e leis, mas falta a implantação na prática.

⁷¹ Asociación Mundial para el Agua (Global Water Partnership - GWP), *Manejo integrado de recursos hídricos*. Estocolmo, Suecia, septiembre de 2000. Disponible em: www.gwpforum.org Acessado em abril de 2003.

Cada país entende e menciona a relevância dos recursos naturais para o crescimento econômico, e que são a base para a transformação produtiva e ainda reserva para as gerações futuras. No entanto esses recursos naturais não parecem ter prioridade na formulação das políticas públicas em alguns países, conforme análise (CEPAL, 1994)⁷².

uma abordagem comparativa os sistemas de gestão de recursos hídricos nacionais.

Conclusão

Através do presente artigo objetivou-se mostrar a importância do debate vinculado ao tema água, iniciando pela necessidade de conhecer conceitos como o ciclo da água, bacia hidrográfica, gestão integrada, usos múltiplos, fronteiras, desenvolvimento sustentável, bem como, perceber a relevância do aspecto histórico de um local para o entendimento de seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Bacia do Prata, objeto deste estudo ainda demonstra uma necessidade de aperfeiçoar suas relações sociais, econômicas e ambientais que buscam a orientação para a construção de uma abordagem voltada para a gestão integrada de recursos hídricos. Gestão esta, que deve observar os conceitos de demanda vinculados ao crescimento econômico e a oferta vinculada aos recursos naturais, principalmente a água, prezando pela abordagem do desenvolvimento sustentável.

As relações de cooperação entre os países pertencentes a bacia, no aspecto ambiental, demonstram certa dificuldade de avanço, pois o tema exige dedicação, interesse e uma forte vontade política.

A gestão integrada dos recursos hídricos deveria ser vista como uma oportunidade de planejar ações que venham a permitir o desenvolvimento e a integração da região com fins de cooperação e estruturação para o desenvolvimento conjunto.

Por fim, fica evidenciada a necessidade de maior aprofundamento do tema e exploração dos aspectos internos de cada país, procurando demonstrar através de

⁷² CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas. LC/R 1399, 21 de junho de 1994.

Tabela 1 - Conferências Internacionais sobre Água

| DATA | EVENTO | OBJETIVO /RESULTADO |
|------|---|--|
| 1972 | Conferência de Estocolmo | Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente |
| 1977 | Conferência das Nações Unidas sobre a Água, Mar del Plata | Evolução dos recursos de água, uso e eficiência / Plano de ação de Mar del Plata |
| 1990 | Consulta global sobre Água potável e Saneamento – Nova Delhi | Declaração de Nova Delhi |
| 1992 | Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente – Dublin – | Discutir sobre o valor econômico da água, mulheres, pobreza, resolução de conflitos, desastres naturais e consciência / Declaração de Dublin sobre água e Desenvolvimento Sustentável. |
| | Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento- Rio de Janeiro. | Cooperação, economia de água, água potável e saneamento, desenvolvimento sustentável / Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento; Agenda 21. |
| 1994 | Conferência Ministerial sobre Água potável e Saneamento ambiental. Noordwijk | Abastecimento de Água potável e Saneamento / Programa de ação |
| 1995 | Encontro Mundial para o desenvolvimento social - Copenhague | Pobreza, abastecimento de água e saneamento / Declaração de Copenhague sobre desenvolvimento social |
| | 4 Conferência Mundial de UM sobre Mulheres - Beijing | Gênero, abastecimento de água e saneamento / Declaração de Beijing |
| 1996 | Conferência ONU sobre assentamentos humanos (Habitat II) – Estambul | Desenvolvimento sustentável, urbanização / Agenda Habitat |
| | Cúpula Mundial de Alimentos – Roma | Declaração de Roma: São constituídos o Conselho Mundial da Água (WWC) e a Associação Mundial da Água (GWP) |
| 1997 | I Fórum Mundial da Água – Marrakech | Água e saneamento, gestão compartilhada, preservação do ecossistema, equidade, gênero, uso eficiente da água. / Declaração de Marrakech |
| 1998 | Conferência Internacional sobre Água e Desenvolvimento Sustentável. – Paris | Declaração de Paris |
| | Cúpula das Américas sobre Desenvolvimento Sustentável – Santa Cruz de la Sierra | Declaração de Santa Cruz de la Sierra |
| 2000 | II Fórum Mundial da Água – Haia | Visão Mundial da água: fazendo da água um assunto de todos. |
| | Surgiram 7 desafios: satisfazer as necessidades básicas, assegurar a produção de alimentos, proteger os ecossistemas, compartilhar o recurso água, valorização da água, gestão RH, gerenciar a água sabiamente. | Conferência Ministerial sobre a segurança hídrica no séc. XXI. A Declaração do Milênio. |
| 2001 | Conferência Internacional sobre Água Doce – Bonn | Água é a chave para o desenvolvimento sustentável, governabilidade, recursos financeiro, compartilhar informações. / Declaração Ministerial |
| 2002 | Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Rio+10 – Johannesburgo | Declaração sobre a Água |
| 2003 | Ano Internacional da Água doce – III Fórum Mundial da Água – Japão | Primeira edição do Informe sobre Desenvolvimento da água a nível mundial. |

Fonte: Unesco, 2004. www.un.org/documents. acessado em abril de 2004.

Tabela 2 - Principais categorias de uso da água

| 1-infra-estrutura | 2-Aquicultura e a aquicultura | 3- Indústria | 4-Em todas as classes de uso | 5- Conservação e preservação |
|---|---|--|--|---|
| Dessedentação (C) Navegação (NC) Usos domésticos (C) Recreação (NC) Usos públicos (C) Amenidades ambientais (NC) | Agricultura (C) Piscicultura (NC) Pecuária (C) Uso de estuários (NC,L) Irrigação (C) Preservação de banhados (L) | Arrefecimento (C) Mineração (NC) Hidreletricidade (NC) Processamento industrial (C) Termoeletricidade (C) Transporte hidráulico (C) | Transporte, diluição e depuração de efluentes (NC) | Consideração de valores de opção, de existência ou intrínsecos (NC,L) |

Fonte; Lanna (1997, p.735).

Tabela 3 - Ações de gestão em bacias hidrográficas

| Etapas De Gestão | Objetivos de Gestão em Bacias | | |
|-------------------------|---|--|---|
| | Para o aproveitamento e manejo integrado | Para aproveitamento e manejo de todos os recursos naturais | Para o aproveitamento e manejo do solo e água |
| | (a) | (b) | (c) |
| (1) Etapa prévia | Estudos Planos e Projetos | | |
| (2) Etapa Intermediária | Desenvolvimento de Bacias | Desenvolvimento e aproveitamento de recursos naturais | Desenvolvimento e aproveitamento de recursos hídricos |
| (3) Etapa Permanente | Gestão ambiental | Gestão, manejo de recursos naturais | Gestão, administração da água |
| | Manejo conservação e administração de bacia | | |

Fonte: Adaptado de Dourojeanni, 1994, in CEPAL, agosto de 2002.

Referências

- AGENDA 21. *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.
- ANA – Agência Nacional das Águas. Site <<http://www.ana.gov.br>>
- BACIA DO RIO DA PRATA. *Estudo para sua planificação e desenvolvimento* - Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos -OEA- Washington D.C. 1969.
- BANCO MUNDIAL, *Gestión de los Recursos Hídricos*. Oficina Regional de América Latina y el Caribe, Argentina,. Informe N° 20729-AR, agosto de 2000.
- BOLIVIA. *História da Bolívia*. Disponível em <<http://www.solobolivia.com/historia/bolivia/repub.shtml>> Acessado em 27/11/2003.
- BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <<http://www.mre.gov.br>> Acessado em 2002,2003, 2004.
- BRESSAN, D. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- CASAUX, G.. *Fórum Internacional de Recursos Hídricos: aspectos jurídicos, políticos e institucionales*. II ENCONTRO das ÁGUAS.- 15 al 18 de junio de 1999.
- CEDEP - Centro Brasileiro de Documentação e Estudos da Bacia do Prata – Cronologia do Mercosul – UFRGS. Disponível e <<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br>> Acessado em 2002, 2003, 2004.
- CEPAL (1999a) *Gestión de cuencas y ríos vinculados con centros urbanos*, LC/R.1948, 16 de diciembre de 1999, Santiago de Chile (disponible en: <http://www.eclac.org/publicaciones/RecursosNaturales/8/LCR1948/LCR1948-E.pdf>).
- CEPAL (Comisión Económica para América Latina y el Caribe). *Políticas públicas para el desarrollo sustentable: la gestión integrada de cuencas*. LC/R 1399, 21 de junho de 1994.
- CEPAL. *Situación y Perspectivas* - Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2001-2002 — LC/G 2184-P Agosto de 2002.
- CICPLATA - Comitê Intergovernamental Coordenador Dos Países Da Bacia Do Prata. *Sistema de Informações Sobre Qualidade da Água e Para o Alerta Hidrológico da Bacia do Rio da Prata*. - Primeira Etapa : Diagnóstico e Pré-Dimensionamento - / Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata - junho 1998. <http://www.cicplata.org.ar/>
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- CRUZ, J. C. *Disponibilidade Hídrica para Outorga: Avaliação de Aspectos Técnicos e Conceituais*. Tese de doutorado do programa de Pós-Graduação em Engenharia de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do IPH/UFRGS. Porto Alegre, RS.
- DOUROJEANNI, A.; JOURAVLEV, A. *Crisis de gobernabilidad en la gestión del agua*. (Desafios que enfrenta la implementación de las recomendaciones contenidas en el capítulo 18 del Programa 21). CEPAL, LC/L.1660–P, diciembre de 2001, Serie Recursos Naturales e Infraestructura n° 35, Santiago de Chile disponible en Internet: <http://www.eclac.org/publicaciones/SecretariaEjecutiva/0/LCL1660PE/lcl1660PE.pdf>
- DOUROJEANNI, A.; JOURAVLEV, A.; Chávez, G. *Gestión del agua a nivel de cuencas: teoría y práctica*, CEPAL, LC/L.1777–P, agosto de 2002.
- ECOPLATA - Programa de Apoyo a la Gestión Integrada de la Zona Costera Uruguay del Río de la Plata <http://www.ecoplata.org.uy>
- FONPLATA – Fondo Financeiro para el desarrollo de la Cuenca del Plata. Disponível em <www.fonplata.org> Acessado em 2003, julho e dezembro de 2004.

- FREITAS J.; ROCHA, A. *Considerações acerca do Direito Ambiental do Mercosul Jus Navigandi*, Teresina, a.8, n.136, 19 nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto>>. Acesso em: 2003.
- FREPLATA - Protección Ambiental del Río de la Plata y su Frente Marítimo. Disponível <<http://www.freplata.org>>
- GEO3 – *Perspectivas del Médio Ambiente Mundial 2002*. PNUMA. Disponível em <http://www.unep.org>. Acessado em 2002.
- GWP (Global Water Partnership), *Manejo integrado de recursos hídricos*. Estocolmo, Suecia, Septiembre de 2000. Disponível em: <<http://www.gwpforum.org>>
- IADB - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Acessado em 2002, 2003. Sitio <<http://www.iadb.org/intal/tratados/cuencaplata1.htm>>
- ICWE (1992). *The Dublin statement on water and sustainable development*. International Conference on Water and the Environment. 26 a 31 January 1992, Dublin, Ireland.
- II ENCONTRO DE ESTUDOS DE FRONTEIRA. *Perspectivas Fronteiras Face a Integração. Gerenciamento de Recursos Hídricos na Bacia do Rio Uruguai*. Secretaria de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul. Uruguaiana, outubro de 1992.
- INA - Instituto Nacional das Águas da Argentina. Disponível em <<http://www.ina.org.ar>>. Acessado em 18/09/02.
- JOURAVLEV, A. *Administración del agua em América Latina y Caribe em el umbral Del siglo XXI*. CEPAL - Serie recursos naturales e infraestructura. LC/L 1564-P, Julio 2001, Santiago de Chile.
- LANNA, A. E. *Gestão dos recursos hídricos*. In: TUCCI, Carlos E. M. (Org.). *Hidrologia: Ciência e aplicação*. Porto Alegre: Ed. da Universidade ABRH, 1997.
- LANNA, A.E. *Introdução à gestão ambiental e à análise econômica do ambiente*. IPH/UFRGS. 1996.
- LANNA, A.E. *Sistemas de Gestão de Recursos Hídricos – análise de alguns arranjos institucionais*. Revista Ciência & Ambiente, n°21, Santa Maria, pp.21-56, julho/dezembro de 2000.
- LANNA, A.E.; CÁNENA, E. M. *O Gerenciamento de bacias hidrográficas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem integrada*. Ensaios FEE, Porto Alegre, (15) 1:268-282, 1994.
- Libro Digital "*Bases Para la Armonización de Exigencias Ambientales en el MERCOSUR*" <http://www.farn.org.ar/docs/p03/publicaciones3_f.html>
- MERCOSUL –Página oficial <www.mercosur.org.uy> Acessado em 2002, 2003 e 2004.
- MÉRICO, Luiz Fernando Krieger. *Introdução à economia ecológica*. Ed. da FURB, Blumenau, SC, 1996.
- NEVES, G. *Fronteira gaúcha*. Tese de Livre Docência, UFMG. Belo Horizonte, 1976.
- OEA. *Cuenca del río de la Plata; estudio para su planificación y desarrollo*. Washington, D. C., 1971
- PADOIN, M. M. *Federalismo gaúcho: fronteira platina, direito e revolução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.
- PEREGALLI, E. *Como o Brasil ficou assim?* Global. São Paulo, 1982.
- RAPOPORT, M.; CERVO, A.L. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Editora UNB, 1998.
- REICHEL, H. J., GUTFREIND I. *As raízes históricas do Mercosul: a região platina colonial*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1996.

- REICHEL, H. J., GUTFREIND I. *Fronteiras e guerras no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.
- Revista de Informação Legislativa. a. 21, n. 81 janeiro/março de 1984 – Suplemento. Brasília D.F
- REVISTA ISTO É - *BRASIL 500 ANOS: Atlas Histórico*. São Paulo, Editora Três, 1998.
- SACHS I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS I. *Estratégias de transição para o século XXI. Desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução Magda Lopes, São Paulo: Stúdio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.
- SOARES, G.F.S. *Direito internacional do meio ambiente: emergência, obrigações e responsabilidades*. São Paulo: Atlas, 2001.
- TUCCI, C. E. M.; HESPANHOL, I.; CORDEIRO, O. *Informe Nacional sobre o Gerenciamento da água no Brasil*. GWP,2000.
- TUNDISI, J.G. *Limnologia e gerenciamento integrado de recursos hídricos, avanços conceituais e metodológicos*. Ciência & Ambiente nº 21. Julho/dezembro de 2000.
- UFPEL. *A História do Mercosul*, Universidade Federal de Pelotas. Centro de Integração do Mercosul. Ed. Universitária, 1999.
- VENTURA, D.F.L. *As assimetrias entre o Mercosul e a União Européia: os desafios de uma associação inter-regional*. Barueri, SP: Manole,2003.
- VIEIRA, P.F.; MAIMON, D. (Organizadores). *As ciências sociais e a questão Ambiental: Rumo à interdisciplinaridade*. APED E UFPA, 1993.

Recebido em 02/06/2012
Aprovado em 30/07/2012